



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

**RQ 1301/2004**

**REQUERIMENTO Nº 2003**

**(Da Sra. Deputada Arlete Sampaio)**

do Protocolo Legislativo para registro e, em

seguida, à Mesa Diretora

F. 23/06/04

Paulo Roberto Guimarães de Castro  
Chefe da Assessoria de Plenário

**Requer informações à Secretaria de Estado de Educação sobre dados relativos à Licença-prêmio por Assiduidade e à Licença à Gestante.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do art. 60, inciso XXXIII da Lei Orgânica do Distrito Federal e do art. 40, I, alíneas "a" e "b" do Regimento Interno, que sejam solicitadas à Sra. Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal as seguintes informações:

1. Qual o número de professores e especialistas de educação com direito ao gozo de Licença-prêmio por Assiduidade? (Licença-prêmio publicada);
2. Qual o número de professores e especialistas de educação em gozo de Licença-prêmio por Assiduidade durante o corrente ano? (Organizar os dados de Janeiro a Junho, por Gerência Regional de Ensino);
3. Qual o número de professoras e especialistas de educação em gozo de licença gestante durante o corrente ano? (Organizar os dados de Janeiro a Junho, por Gerência Regional de Ensino);
4. Qual o critério utilizado por esta Secretaria para conceder o gozo de licença-prêmio?

Assessoria de Plenário

Protocolo 23/06/04 em 10/16

Assinatura 1207160

PROTÓTIPO LEGISLATIVO
RQ Nº 1301/04
Fis. Nº 01

## JUSTIFICAÇÃO

A Licença-prêmio por assiduidade e a Licença-gestante são dois direitos assegurados aos servidores do Distrito Federal nos termos da Lei 8112/90:

*"Art. 87 Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus a 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo."*

Muitos servidores têm reclamado que embora a Lei lhes assegure este direito, ele não está sendo efetivado pela Administração, inclusive professoras que deram à luz há pouco tempo. O não deferimento das licenças-prêmio destes servidores configura um desrespeito aos seus direitos e também um problema para a Administração Pública. Ora, se muitos servidores estão diariamente adquirindo o direito líquido e certo ao gozo da licença-prêmio mas não as estão gozando, logo teremos uma enxurrada de ações judiciais e um gargalo que provocará problemas na prestação de serviços à população.

Para que se esclareça esta situação é que solicitamos estas informações que consideramos fundamentais para que esta Câmara Legislativa possa debater com profundidade este problema.

Sala das Sessões, de 2004.

  
Arlete Sampaio  
Deputada Distrital - PT

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 1301 04
Fls. N.º 02 mc